

"Cinco" defendem actuação conjunta na África Austral

● CIMEIRA DE LUANDA ANALISOU PROCESSOS DE PAZ EM ANGOLA E MOCAMBIQUE



Formenhor da cimeira extraordinária dos «Cinco» realizada no dia 4 de Outubro em Luanda, a pedido do Governo angolano

TEXTO DE BENJAMIM FADUCO

A recente cimeira extraordinária dos Chefes de Estado dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, realizada no dia 4 deste mês na capital angolana, Luanda, teve como questão central a concertação de uma estratégia comum de actuação na

África Austral, numa altura em que dois dos cinco membros deste grupo — Angola e Moçambique — levam a cabo iniciativas visando o restabelecimento da paz e a estabilidade nos respectivos países.

Tratou-se de um encontro extraordinário convocado pelo Governo angolano três semanas depois da cimeira africana de N'sele (Zaire) sobre o processo de paz em Angola, na sequência do acordo de Gbadolite e da cimeira do chamado «Comité dos Oito», que teve lugar na capital do Zimbábue, no dia 22 de Agosto último.

A recente cimeira de Luanda foi igualmente o primeiro encontro conjunto ao mais alto nível dos Presidentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, desde a última reunião ordinária realizada em Junho do ano passado em Bissau. Apesar dos encontros bilaterais e das trocas regulares de informações entre os cinco Chefes de Estado deste grupo, o facto é que a reunião de Luanda foi a primeira ocasião nos últimos 16 meses em que os cinco estadistas africanos de língua oficial portuguesa reuniram para analisar conjuntamente os últimos desenvolvimentos políticos na nossa região, nomeadamente o processo negocial sobre o Sudoeste de África, o programa de paz e de harmonização nacional desencadeado pelo Governo angolano e as iniciativas de paz enunciadas pelo Governo da República Popular de Moçambique. Daí que as cerca de oito horas consecutivas do encontro justificam-se pela importância e oportunidade dos assuntos debatidos.

Num encontro caracterizado pela convergência de pontos de vis-

ta e pela unidade de acção que sempre norteou a actuação dos Governos destes cinco países africanos, a cimeira de Luanda reiterou o seu total apoio às iniciativas de paz actualmente em curso em Angola e Moçambique e exortou os respectivos governos a prosseguirem esses esforços até que a paz seja alcançada nestes dois países. O encontro de Luanda destacou igualmente a necessidade do grupo dos cinco países orientar os seus esforços no sentido de fazer cessar as ingerências nos assuntos internos de Angola e Moçambique, e apoiar os programas de paz que os respectivos governos levam a cabo para pôr fim à guerra de desestabilização.

Esta posição do grupo dos cinco países resulta do facto de que apesar de se constatar um certo abrandamento no plano mais global da desestabilização na África Austral, a guerra em Angola e Moçambique persiste por causa das ingerências externas, numa alusão implícita às forças externas que ainda prosseguem o seu apoio para a continuação da guerra, tanto em Angola como em Moçambique.

No caso do processo de paz em Angola, a cimeira de Luanda reafirmou o seu apoio e validade do acordo de Gbadolite e ao papel desempenhado pelo Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, na sua qualidade de mediano. Na sua declaração final, os cinco Chefes de Estado africanos lançaram um apelo aos governos norte-america-

no e sul-africano no sentido de pôrem fim ao contínuo apoio à UNITA, sublinhando que o entendimento de Gbadolite constitui uma inequívoca demonstração da sabedoria africana na solução dos diferendos e conflitos em África.

— Os Chefes de Estado dos «Cinco» condenam todas as manobras tendentes a obstruir os princípios consignados na Declaração de Gbadolite, pelo que exortam todos os filhos de Angola a agir com lealdade e boa fé na separação das controvérsias que ainda obstaculizam a plena realização dos objectivos da paz e da tranquilidade por que tanto aspira o povo angolano — lê-se a dado trecho do comunicado final distribuído em Luanda.

Sobre as iniciativas de paz enunciadas pelo Governo da República Popular de Moçambique, o comunicado final refere que «o Camarada Joaquim Chissano, Presidente da República Popular de Moçambique informou os seus homólogos da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe sobre os esforços que o Governo moçambicano tem levado a cabo para pôr termo à violência, estabelecer a paz e normalizar a vida de todos os cidadãos da República Popular de Moçambique. Neste âmbito deu a conhecer o estado do trabalho desenvolvido pelos Presidentes Daniel Aran Moi, do Quénia, e Robert Mugabe, do

Os «Cinco»
condenaram todas
as manobras tendentes
a obstruir os
princípios consignados
na Declaração de
Gbadolite.
Imagem do encontro
de Gbadolite





Os Chefes de Estado dos países africanos de língua oficial portuguesa no Aeroporto de Luanda

Zimbabwe, na sua qualidade de mediadores no processo de paz iniciado pelo Governo da República Popular de Moçambique».

Por outro lado, a cimeira extraordinária dos «Cinco» apreciou altamente a determinação e coragem do Presidente Joaquim Chissano nos esforços empreendidos em prol da paz e apoiou firmemente a iniciativa de paz do Governo moçambicano, assim como os princípios que a orientam, considerando-os realistas e consentâneos com as aspirações do povo moçambicano e encoraja o Presidente Joaquim Chissano a prosseguir os esforços no sentido de se pôr termo à guerra em Moçambique, para o estabelecimento da paz e da reconciliação nacional.

Durante a cimeira de Luanda, os cinco Chefes de Estado analisaram também o processo de implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre

a independência da Namíbia. Nesta questão, os Chefes de Estado reunidos na capital angolana pronunciaram-se pela aplicação integral do plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia, conducente à plena afirmação do direito do povo namibio à autodeterminação e independência.

Neste contexto, os cinco líderes africanos exortaram o Secretário-Geral da ONU a prosseguir os seus esforços através do seu representante na Namíbia para a criação de condições que permitam eleições livres e justas naquele território.

De acordo com o comunicado final distribuído em Luanda, os Presidentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe analisaram igualmente a situação prevalecente na África do Sul na sequência das recentes eleições de carácter racial realizadas naquele país.

Sobre esta matéria, os «Cinco» concluíram que o novo Presidente deve dar início sem mais delongas à tomada de medidas para o desmantelamento do sistema do «apartheid» e para a instauração de uma sociedade democrática baseada na igualdade e liberdade de todos os sul-africanos. Sublinharam ainda que o «apartheid» permanece a principal causa da tensão na África Austral, e exortaram o governo sul-africano a encetar o diálogo e as negociações com os representantes legítimos do povo sul-africano, em particular o ANC, com vista à eliminação do «apartheid». Os Chefes de Estado exortaram ainda ao governo do Presidente De Clerk a proceder ao levantamento do estado de emergência, à libertação dos presos políticos, em particular Nelson Mandela e ao fim do banimento das organizações políticas no país.

□